



10° EBBC

Encontro Brasileiro de
Bibliometria e Cientometria



CUSTOS DO ACESSO ABERTO NO BRASIL:

análise do pagamento de APC em periódicos de acesso aberto, por áreas do conhecimento

Silvio Telles dos Santos

<https://orcid.org/0000-0002-2416-2835>

silviotelles@outlook.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS)

Scheila Raquel Rempel

<https://orcid.org/0000-0002-2964-0883>

rempelescheila@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS)

Thaís Dias Medeiros

<https://orcid.org/0000-0002-0104-1176>

tmedeiros497@gmail.com

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS)

Samile Andréa de Souza Vanz

<https://orcid.org/0000-0003-0549-4567>

samile.vanz@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS)

Gabriella Trindade Perry

<https://orcid.org/0000-0002-9405-4477>

gabriela.perry@ufrgs.br

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS)

RESUMO:

Este estudo explora e estima os gastos com taxas de publicação em artigos de pesquisadores brasileiros entre 2020 e 2024 em periódicos de acesso aberto. Utilizaram-se registros do Sistema Tarrafa, com remoção de duplicações e identificação de cobrança e valores por periódicos. O conjunto analisado reúne 325.754 artigos, vinculados a programas de pós-graduação e instituições brasileiras. Os resultados indicam redução no número de artigos e no montante pago no período, forte concentração de gastos em áreas da Saúde e Biológicas, e desigualdade regional, com maiores valores investidos pela região Sudeste e Sul.

Palavras-chave: Acesso aberto. Taxas de publicação. APC. Pós-graduação. Áreas do conhecimento.

EIXO TEMÁTICO:

Acesso Aberto, Ciência Aberta e Dados Abertos

MODALIDADE:

Resumo expandido

DOI: 10.22477/x.ebbc.959

COMO CITAR ESTE ARTIGO:

SANTOS, Silvio Telles dos; VANZ, REMPEL, Scheila Raquel; MEDEIROS, Thaís Dias; VANZ, Samile Andréa de Souza. PERRY, Gabriella Trindade. Custos do acesso aberto no Brasil: análise do pagamento de APC em periódicos de acesso aberto, por áreas do conhecimento. In: EBBC - Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria. 10. **Anais [...]**. Curitiba, 2026. DOI: 10.22477/x.ebbc.965. Disponível em: <https://doi.org/10.22477/x.ebbc.965>.



1 INTRODUÇÃO

O Movimento pelo Acesso Aberto democratiza o conhecimento por meio da disponibilização de conteúdos científicos abertos, digitais, online e livres, sempre que possível, por meio de licenças de autor e mecanismos de licenciamento. É a partir da Iniciativa do Acesso Aberto de Budapeste (BOAI), em 2002, que se estabelecem marcos do Acesso Aberto, como a definição de suas terminologias, rotas de implementação e principais diretrizes (Pinfield *et al.*, 2021). O movimento perpassa, sobretudo, a crítica ao sistema de publicação científica dominado por editoras comerciais e a defesa de que pesquisas financiadas com recursos públicos devem ser acessíveis gratuitamente ao público (Pavan; Barbosa, 2017).

Percebe-se, desde então, um crescimento do Acesso Aberto e uma maior adesão dos pesquisadores a esses modelos de publicação. Em paralelo, observa-se que persistem barreiras estruturais à sua consolidação, entre as quais se destaca o oligopólio de grandes editoras científicas comerciais, majoritariamente sediadas no Norte Global, que operam sob modelos de publicação pagos (Butler *et al.*, 2023; Pinfield *et al.*, 2021; Larivière; Haustein; Mongeon, 2015). A adesão ao Article Processing Charges (APC), ou taxas de processamento de artigo, também acontece em periódicos nacionais que apresentam tendência de expansão acelerada ao longo das últimas duas décadas (Campos; Maricato; Canto, 2025).

O modelo de publicação com taxa APC pode ser considerado um retrocesso em relação à democratização do conhecimento científico, especialmente para pesquisadores de países emergentes e subdesenvolvidos devido à dupla cobrança, ou *double dipping*, quando é realizada a cobrança de APC e de assinatura de periódicos em formato híbridos (Brito *et al.*, 2025; Alencar; Barbosa, 2021; Pavan; Barbosa, 2017). É nessa conjuntura que surgem os chamados Acordos Transformativos,

ou *Read and Publish*, que preveem o financiamento para assinatura e pagamento de APC para publicação a partir de acordos com as editoras comerciais que publicam em formato híbrido (Brito *et al.*, 2025; Alencar; Barbosa, 2022).

Considerando os Acordos Transformativos firmados pelo Brasil com editoras comerciais e o crescimento da publicação nesse formato por pesquisadores brasileiros, o presente estudo tem como objetivo verificar e estimar os gastos com APC nas publicações científicas de pesquisadores brasileiros, adotando um recorte temporal entre 2020 e 2024. Como objetivos específicos, busca-se comparar artigos com e sem APC, bem como analisar a distribuição dos gastos com APC por área do conhecimento e por unidade federativa do Brasil. Essa investigação se justifica, ainda, à luz dos resultados de Trinca e Melo (2024), que identificaram, no período de 2017 a 2020, um aumento de quase sete vezes nos gastos com APC entre pesquisadores da área de Ciência da Informação, indicando a relevância de ampliar essa análise para todas as áreas do conhecimento.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória e quantitativa, em andamento, cujo *corpus* é composto pelos bancos de dados do Sistema Tarrafa e do Directory of Open Access Journals (DOAJ). O Tarrafa foi desenvolvido pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), e reúne dados de pesquisadores do Brasil extraídos a partir do currículo lattes dos pesquisadores. O DOAJ é um diretório multidisciplinar que indexa e disponibiliza periódicos de acesso aberto, ou seja, não incluem os periódicos classificados como híbridos. As variáveis provenientes do Tarrafa foram: DOI, ISSN, nome do periódico, ano da publicação, universidade de origem, Programa de Pós-graduação (PPG) e área do PPG. As variáveis provenientes do

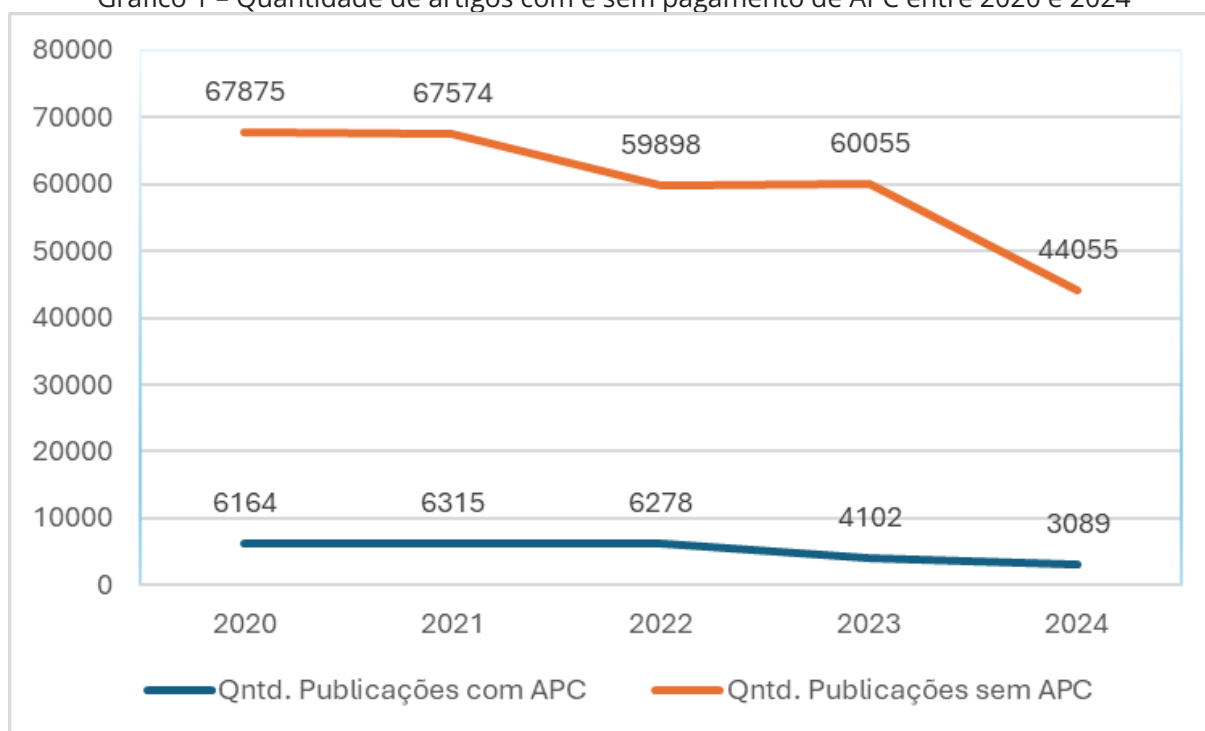
DOAJ foram ISSN e valor das APCs. Os dados foram extraídos das plataformas em março de 2025. O tratamento dos dados foi realizado por meio dos softwares RStudio e Excel. Os dados passaram por processo de exclusão de DOIs duplicados; e em casos de colaboração entre autores de mais de um PPG, a publicação foi atribuída ao primeiro PPG listado no banco de dados, que estava organizado em ordem alfabética. O ISSN dos periódicos do banco de dados do Tarrafa foi cotejado com o ISSN da lista de periódicos do DOAJ do ano de 2025 para verificação da cobrança de APC. Após a remoção de duplicações, o conjunto de dados resultou em 325.754 artigos únicos, publicados em 25.774 periódicos, vinculados a 1.827 programas de pós-graduação e 437 Instituições de Ensino Superior brasileiras.

A análise compara artigos com e sem APC e apresenta a distribuição e os gastos com APC por área do conhecimento e por unidade federativa, com valores declarados convertidos para dólares americanos. É importante ressaltar que esta pesquisa estima o máximo valor gasto pelos autores brasileiros com pagamento de APC em periódicos de acesso aberto, sem considerar acordos transformativos, pagamento de APC por coautores estrangeiros entre outras situações. Portanto, os valores apresentados devem ser interpretados como estimativas potenciais, e não como valores efetivamente pagos pelos autores. Finalmente, esta pesquisa exclui periódicos da rota “Híbrida”, nas quais pode haver disponibilização do artigo em acesso aberto caso haja pagamento de APC.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

O gasto com as taxas de processamento de artigos é algo presente na maioria das instituições e altamente custoso. O Gráfico 1 apresenta a quantidade de artigos com e sem pagamento de APC no período de análise.

Gráfico 1 – Quantidade de artigos com e sem pagamento de APC entre 2020 e 2024



Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Observa-se uma redução no número de artigos publicados no período 2020-2024, incluindo aqueles com pagamento de APC, o que pode estar associado às consecutivas reduções no orçamento de pesquisa no Brasil, aos impactos da pandemia da COVID-19 sobre rotinas de pesquisa e publicação, e também à busca por alternativas ao modelo de acesso aberto no pagamento de APCs.

Considerando que algumas áreas do conhecimento tendem a possuir um orçamento maior para publicação e pesquisa, realizamos a análise por áreas do conhecimento. A Tabela 1 reúne as nove áreas do conhecimento, conforme classificação da CAPES, que contempla periódicos em que foram publicados artigos com pagamentos de APC. O que ocorre é uma variação significativa entre os valores gastos por áreas e também por ano.

O pico de gasto com APC aconteceu em 2022. As áreas de Ciências da Saúde e Biológicas correspondem a mais da metade do valor gasto com APC entre pesqui-

sadores brasileiros. Juntas, são responsáveis por mais de 13 milhões de dólares pagos em APC, de um total de 25 milhões. Esse resultado corrobora estudo anterior que indica o pioneirismo destas áreas na prática de cobrança de APC, junto com Ciências Exatas e da Terra (Pavan; Barbosa, 2017).

Tabela 1 – Valores gastos com APC por grande área do conhecimento entre 2020 e 2024 (em US\$).

ÁREA	ANO					TOTAL
	2020	2021	2022	2023	2024	
CIÊNCIAS DA SAÚDE	\$1.629.456,00	\$2.148.435,00	\$2.439.668,00	\$1.433.667,00	\$1.112.716,00	\$8.763.942,00
CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	\$892.202,00	\$1.291.127,00	\$1.505.145,00	\$874.876,00	\$541.452,00	\$5.104.802,00
MULTIDISCIPLINAR	\$620.981,00	\$826.590,00	\$1.159.970,00	\$392.911,00	\$366.014,00	\$3.366.466,00
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	\$624.709,00	\$731.173,00	\$1.040.951,00	\$524.957,00	\$385.041,00	\$3.306.831,00
CIÊNCIAS EXATAS E DA TERRA	\$429.249,00	\$562.972,00	\$810.700,00	\$252.823,00	\$417.252,00	\$2.472.996,00
ENGENHARIAS	\$482.725,00	\$587.547,00	\$792.432,00	\$244.870,00	\$265.132,00	\$2.372.706,00
CIÊNCIAS HUMANAS	\$44.131,00	\$72.190,00	\$72.322,00	\$50.557,00	\$26.402,00	\$265.602,00
CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	\$46.781,00	\$50.704,00	\$48.873,00	\$36.684,00	\$20.607,00	\$203.649,00
LINGUÍSTICA, LETRAS E ARTES	\$757,00	\$1.755,00	\$594,00	\$2.998,00	\$3.954,00	\$10.058,00
TOTAL GERAL	\$4.770.991,00	\$6.272.493,00	\$7.870.655,00	\$3.814.343,00	\$3.138.570,00	\$25.867.052,00

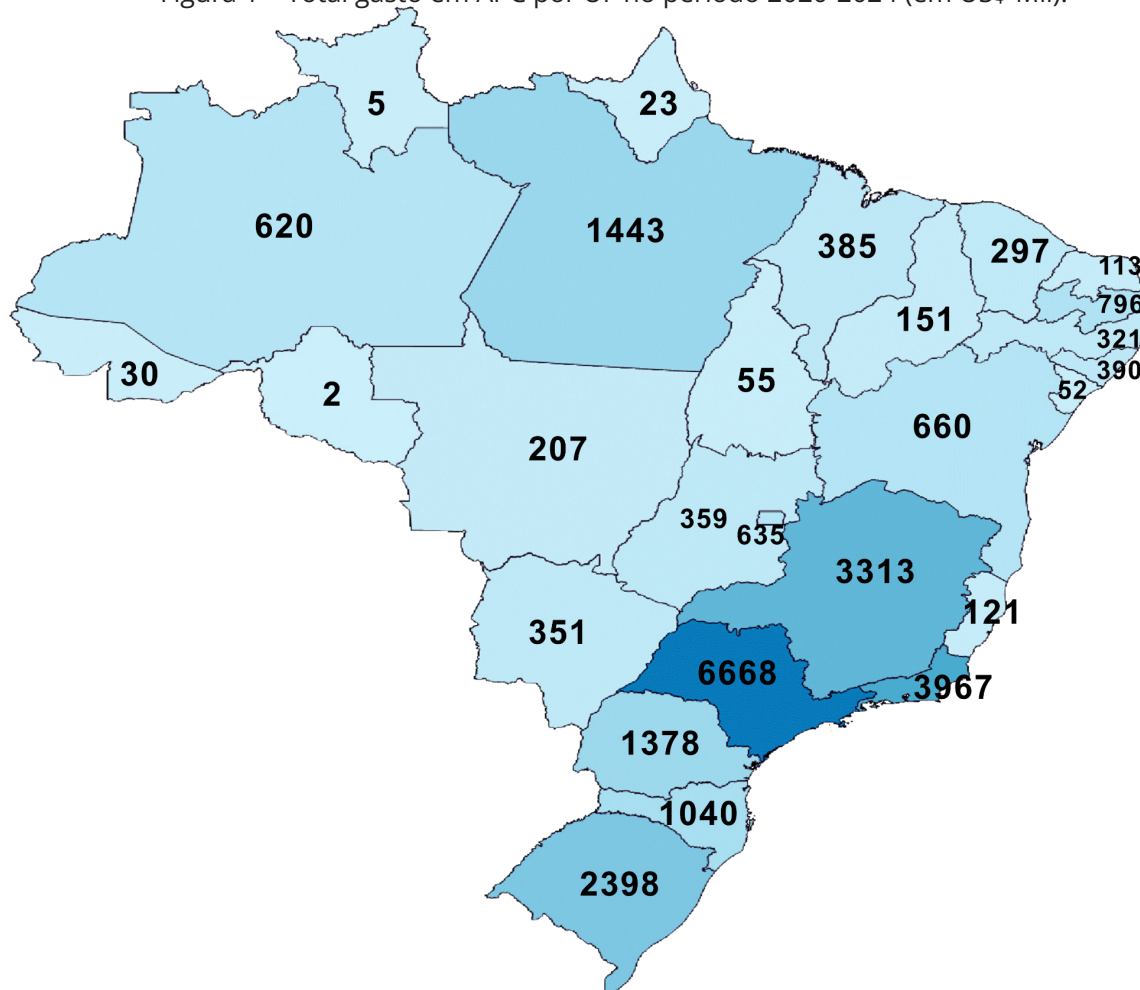
Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

Nas áreas de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas, e Linguística, Letras e Artes o montante é consideravelmente menor, aproximadamente 470 mil, sendo que a última apresenta valor significativamente inferior comparado às demais, apenas US\$ 10 mil. Esse resultado ocorre devido ao fato dessas áreas receberem menos financiamentos e terem maior dificuldade em publicar em periódicos que mantêm esse modelo de publicação, além de não terem essa prática implementada em muitos de seus periódicos (Pavan; Barbosa, 2017; Trinca; Melo, 2024). Também

corroborar a ideia de que são áreas que utilizam diversos canais de comunicação científica, além do periódico (Hammarfelt, 2016).

A Figura 1 apresenta o gasto em APC por unidades federativas (UF) no período. Os valores apresentados no mapa estão em mil dólares americanos (US\$ mil). Para isso, os gastos com taxas de publicação foram somados e divididos por 1.000. Não foram incluídos 171 artigos para os quais não foi possível identificar a Unidade da Federação dos autores, os quais somam US\$ 87.193,00.

Figura 1 – Total gasto em APC por UF no período 2020-2024 (em US\$ Mil).



Fonte: Elaboração dos autores com auxílio do Canva e Excel (2026).

Nota: Tons mais escuros indicam valores maiores; tons mais claros, valores menores.

De certa forma, como já era esperado, as regiões Sudeste e Sul apresentaram os maiores valores gastos com o pagamento de APC. Esse resultado faz sentido, pois

essas regiões concentram cerca de 66,5% dos cursos de pós-graduação no Brasil, o que também significa maior concentração de recursos e de atividades de pesquisa, evidenciando as desigualdades regionais do país (CAPES, 2025). Além disso, como apontam Tischer e Turnes (2025), apesar das políticas de expansão e interiorização da pós-graduação, a excelência científica ainda permanece muito centralizada nas regiões metropolitanas e nos principais centros do Sudeste e do Sul.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se que, no intervalo analisado, houve uma redução tanto no número de artigos publicados quanto no montante pago em taxas de APC. Algumas áreas do conhecimento, apesar de apresentarem gastos mais limitados, tiveram aumento nos recursos destinados a essas taxas nos últimos anos, enquanto outras registraram reduções superiores à metade. As razões para essas variações podem ser diversas, podendo estar relacionadas, por exemplo, a uma maior valorização de periódicos que não cobram APC, ou mesmo a restrições orçamentárias que dificultam o financiamento desse tipo de publicação. Além disso, ao observar os gastos por Unidade da Federação, percebe-se a reprodução de uma concentração regional, sobretudo na região Sudeste.

Embora os acordos transformativos liderados pela CAPES tenham avançado e se tornem um caminho para que pesquisadores brasileiros possam publicar com isenção de taxas em determinados periódicos e editoras, tais iniciativas apresentam limites e condições específicas de cobertura. Sendo assim, os valores eventualmente consumidos com APC reforçam a necessidade de ampliar o debate sobre o financiamento público da pesquisa e sobre práticas de ciência aberta que sejam mais justas, equitativas e acessíveis a toda a comunidade científica.

Para estudos futuros, sugere-se aprofundar a análise dos gastos por áreas do conhecimento e investigar de forma mais detalhada o impacto dos acordos transformativos na produção científica brasileira, identificando quais artigos foram efetivamente beneficiados por essas isenções. Além disso, futuras pesquisas podem comparar diferentes bases de dados, incorporar recortes institucionais e regionais mais específicos, e explorar como esses modelos de financiamento influenciam as escolhas de publicação e a internacionalização da produção científica.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos o coordenador do Sistema Tarrafa: Prof. Dr. Renê Rodrigues Veloso, da Universidade Estadual de Montes Claros pelo compartilhamento dos dados.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, B. N.; BARBOSA, M. C. Diretrizes para celebrar acordos Read and Publish no Brasil a partir da análise dos acordos transformativos da Alemanha e Colômbia. **Transinformação**, Campinas, v. 34, 2022. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/7255>. Acesso em: 12 maio 2026.

ALENCAR, B. N.; BARBOSA, M. C. Open Access Publications with Article Processing Charges (APC) Payment: a Brazilian Scenario Analysis. **Anais da Academia Brasileira de Ciências**, Rio de Janeiro, v. 93, n. 4, 2021. DOI: 10.1590/0001-3765202120201984.

BRITO, C. de C.; RODRIGUES, R. S.; CAFÉ, L. C.; VIEIRA, A. C.. Acordo de leitura e publicação: estudo da área de Física no Brasil e a Editora Springer/Nature. **Transinformação**, Campinas, v. 37, 2025. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/15115>. Acesso em: 12 maio 2026.

BUTLER, L.; MATTHIAS, L.; SIMARD, M.; MONGEON, P.; HAUSTEIN, S.. The oli-

gopoly's shift to open access: How the big five academic publishers profit from article processing charges. **Quantitative Science Studies**, Cambridge, v. 4, n. 4, p. 778–799, 2023. DOI: 10.1162/qss_a_00272.

CAMPOS, F.; MARICATO, J.; CANTO, F. Faturamento com Taxas de Processamento de Artigos (APC): análise com revistas brasileiras com indícios de más práticas editoriais. **Biblios**, n. 88, p. e010, 2025. DOI: 10.5195/biblios.2025.1230.

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. **Painel de Monitoramento e Indicadores**. Brasília, DF: CAPES, 2025. Disponível em <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/painel-de-monitoramento-e-indicadores>. Acesso em: 26 jan. 2026. Última atualização 31 mar. 2025.

HAMMARFELT, B. Beyond Coverage: Toward a Bibliometrics for the Humanities. In: OCHSNER, M.; HUG, S. E.; DANIEL, H. (org.). *Research Assessment in the Humanities*. Cham: Springer International Publishing, 2016. p. 115–131. Disponível em: http://link.springer.com/10.1007/978-3-319-29016-4_10. Acesso em: 12 maio 2026.

LARIVIÈRE, V.; HAUSTEIN, S.; MONGEON, P. The Oligopoly of Academic Publishers in the Digital Era. **PLOS ONE**, Jun. 10, 2015. DOI: 10.1371/journal.pone.0127502. PAVAN, C.; BARBOSA, M. C. B. Financiamento público no Brasil para a publicação de artigos em acesso aberto: alguns apontamentos. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, p. 120-145, mai./ago. 2017. DOI: 10.19132/1808-5245232.120-14.

PINFIELD, S.; WAKELING, S.; BAWDEN, D.; ROBINSON, L. **Open Access in Theory and Practice**: The Theory-Practice Relationship and Openness. New York: Routledge, 2021. Cap. 1-2. p. 13-40.

TISCHER, W.; TURNES, V. A.. Expansão da Pós-Graduação ou concentração da excelência? Desigualdades regionais persistentes no Brasil. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 1–31, 2025. DOI: 10.21713/rbpg.v19i40.2110.

TRINCA, T. P.; MELO, J. H. N. Estimativas de gastos com pagamento de Articles Processing Charges (APC) na Ciência da Informação. **Encontro Brasileiro de Bibliometria e Cientometria**, [S. l.], v. 9, p. 1–9, 2024. DOI: 10.22477/ix.ebbc.350.